

# Autopista Fluminense S.A.

## Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;



# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas da  
**Autopista Fluminense S.A.**  
São Gonçalo - RJ

## Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da **Autopista Fluminense S.A.** ("Sociedade"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Autopista Fluminense S.A.**, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras.

#### **Revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações financeiras incluem, também, informações contábeis comparativas referentes ao balanço patrimonial e ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. O exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificações em 22 de março de 2012. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2013.



**BDO RCS Auditores Independentes**  
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - RJ

**Francisco de Paula dos Reis Júnior**  
Contador CRC 1SP 139268/O-6 - S - RJ

**Paulo Sérgio Tufani**  
Contador CRC 1SP 124504/O-9 - S - RJ

# AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	31.12.2012	31.12.2011
	explicativa		
<b>ATIVOS</b>			
<b>CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	21.770	85.030
Contas a receber	6	6.761	5.960
Contas a receber - partes relacionadas	13	367	-
Estoques		92	91
Despesas antecipadas		855	308
Impostos a recuperar		243	294
Outros créditos		1.214	1.185
Total dos ativos circulantes		<u>31.302</u>	<u>92.868</u>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Aplicações financeiras vinculadas	8	11.141	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	973	1.480
Depósitos judiciais		58	19
Imobilizado	9	1.479	1.585
Intangível	10	515.730	325.962
Diferido	11	15.959	18.494
Total dos ativos não circulantes		<u>545.340</u>	<u>347.540</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<u><u>576.642</u></u>	<u><u>440.408</u></u>

	Nota	31.12.2012	31.12.2011
	explicativa		
<b>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	17.775	1.266
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	13	19.418	21.027
Fornecedores	12	6.935	6.612
Fornecedores - partes relacionadas	13	18.939	5.256
Contas a pagar - partes relacionadas	13	178	273
Obrigações sociais		3.035	2.063
Obrigações fiscais		3.259	2.891
Taxa de fiscalização		285	268
Cauções contratuais		2.750	2.611
Provisão para manutenção em rodovias	14	6.879	606
Provisão para investimentos em rodovias	14	17.012	11.090
Dividendos propostos	13	5.105	4.605
Sinistros recebidos	15	10.707	12.140
Outras contas a pagar		368	-
Total dos passivos circulantes		<u>112.645</u>	<u>70.708</u>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	292.011	212.867
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	13	43.000	60.000
Fornecedores		70	-
Provisão para riscos civeis, fiscais e trabalhistas	14	67	19
Provisão para manutenção em rodovias	14	9.766	8.618
Total dos passivos não circulantes		<u>344.914</u>	<u>281.504</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	16.a	79.968	65.473
Reservas de lucros		39.115	22.723
Total do patrimônio líquido		<u>119.083</u>	<u>88.196</u>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><u>576.642</u></u>	<u><u>440.408</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

		<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
	<u>Nota explicativa</u>		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	324.829	214.906
CUSTOS DOS SERVIÇOS	18	<u>(258.674)</u>	<u>(157.718)</u>
LUCRO BRUTO		66.155	57.188
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	18	(11.788)	(9.898)
Remuneração da Administração	13	(771)	(679)
Outras despesas (receitas) operacionais líquidas		<u>(100)</u>	<u>-</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		53.496	46.611
Receitas financeiras	19	5.167	6.147
Despesas financeiras	19	<u>(25.817)</u>	<u>(23.269)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		32.846	29.489
Imposto de renda e contribuição social - correntes	21	(10.841)	(10.681)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21	<u>(508)</u>	<u>583</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>21.497</u>	<u>19.391</u>
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO		<u>0,29943</u>	<u>0,30080</u>

(\*) Não há resultados abrangentes nos exercícios corrente e anterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	21.497	19.391
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>21.497</u>	<u>19.391</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		Reservas de lucros		Lucros		
	Nota explicativa	Capital social	Legal	Retenção de lucros	(prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2011		63.001	520	7.417	-	70.938
Aumento de capital conforme ata de assembléia de 29 de abril de 2011	16.b	2.472	-	-	-	2.472
Lucro líquido do exercício		-	-	-	19.391	19.391
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	16.c	-	970	-	(970)	-
Dividendos propostos	16.c	-	-	-	(4.605)	(4.605)
Retenção de lucros	16.c	-	-	13.816	(13.816)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		65.473	1.490	21.233	-	88.196
Aumento de capital conforme ata de assembléia de 25 de abril de 2012	16.b	14.495	-	-	-	14.495
Lucro líquido do exercício		-	-	-	21.497	21.497
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	16.c	-	1.075	-	(1.075)	-
Dividendos propostos	16.c	-	-	-	(5.105)	(5.105)
Retenção de lucros	16.c	-	-	15.317	(15.317)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		79.968	2.565	36.550	-	119.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31.12.2012	31.12.2011
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do exercício	21.497	19.391
Ajustes ao lucro líquido com o caixa líquido gerado das atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	13.098	10.169
Baixa de ativos permanentes	100	-
Provisão para manutenção em rodovias	6.166	4.397
Imposto de renda e contribuição social diferidos	507	(583)
Despesas de juros, líquidas das receitas	21.447	18.983
Resultado financeiro de ajuste a valor presente	1.599	177
Constituição de provisão para contingências	48	19
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(801)	(1.167)
Contas a receber com partes relacionadas	(367)	-
Estoques	(1)	(29)
Despesas antecipadas	(547)	(70)
Impostos a recuperar	51	(3)
Outros ativos	(69)	26
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(13.630)	(377)
Transações com partes relacionadas	12.993	(302)
Obrigações sociais e trabalhistas	975	313
Obrigações fiscais	10.059	9.435
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.691)	(9.385)
Cauções contratuais	139	(231)
Adiantamentos de seguros	(1.433)	11.509
Juros pagos	(19.955)	(12.589)
Outros passivos	382	(840)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>42.567</u>	<u>48.843</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Acréscimos nos depósitos vinculados	(11.141)	-
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(436)	(181)
Adições ao intangível	(175.161)	(97.475)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(186.738)</u>	<u>(97.656)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	95.918	74.515
Pagamentos	(721)	(723)
Pagamento de mútuo	(14.286)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>80.911</u>	<u>73.792</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>(63.260)</u>	<u>24.979</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	85.030	60.051
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	<u>21.770</u>	<u>85.030</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31.12.2012	31.12.2011
RECEITAS		
Prestação de serviços	150.238	130.149
Receita dos serviços de construção	188.980	97.155
Outras receitas	251	346
	<u>339.469</u>	<u>227.650</u>
CUSTOS		
Custo dos serviços de construção	(188.980)	(97.155)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(44.054)	(40.039)
Custo da concessão	(5.110)	(4.765)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	(6.166)	(4.397)
Outros	(100)	-
	<u>(244.410)</u>	<u>(146.356)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	95.059	81.294
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	<u>(13.098)</u>	<u>(10.169)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	<u>81.961</u>	<u>71.125</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	5.167	6.147
Juros capitalizados	5.127	3.105
	<u>10.294</u>	<u>9.252</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>92.255</u>	<u>80.377</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	10.431	8.607
Benefícios	2.219	2.015
FGTS	697	616
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	19.259	17.062
Municipais	7.420	6.430
Remuneração de capitais de terceiros:		
Despesas financeiras	3.901	4.168
Juros	15.154	11.042
Juros capitalizados	5.127	1.781
Remuneração de capitais próprios:		
Juros partes relacionadas	6.550	7.941
Juros capitalizados	-	1.324
Dividendos propostos	5.105	4.605
Lucro do exercício remanescente	16.392	14.786
	<u>92.255</u>	<u>80.377</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

## 1. Contexto operacional

A Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade”), é uma Sociedade Anônima domiciliada no Município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Avenida São Gonçalo nº 100 Unidade 101, foi constituída em Assembleia Geral realizada em 19 de dezembro de 2007. Sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. (“Arteris”). Suas atividades compreendem exclusivamente a exploração sob forma de concessão, de serviço público precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração da rodovia.

### Transferência do controle acionário

Em 03 de dezembro de 2012, após a verificação das condições previstas contratualmente e obtenção das aprovações governamentais necessárias, foi concluída a operação pela qual a Partícipes em Brasil S.L., controladora direta da OHL Brasil e titular de 60% do seu capital social, foi adquirida pela Abertis Infraestructuras S.A., sociedade espanhola, e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, uma sociedade organizada e existente de acordo com a leis de Barbados. Como resultado dessa operação, Abertis e Brookfield passam a ser titulares de 51% e 49% do capital da Partícipes em Brasil, respectivamente.

A Arteris S.A. (“Arteris” ou “Sociedade”), nova denominação social da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil), comunicou em 20 de dezembro de 2012 aos seus acionistas e ao mercado em geral a aprovação da nova denominação na Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, considerando a conclusão do processo de transferência do controle acionário da Sociedade para a Abertis e Brookfield.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi autorizada pelo Conselho de Administração em 05 de março de 2013.

## 2. Concessões

A Sociedade possui o Contrato de Concessão e exploração da Rodovia BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado em 15 de fevereiro de 2008 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes da concessão da rodovia, conforme o Contrato de Concessão são:

- a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.  
O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$ 2.665 na data-base da concessão. A partir de 31 de dezembro de 2012 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$ 53.749 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.  
A verba de fiscalização é corrigida com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio;
- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.;
- c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão;
- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme capítulo III, do título V, do edital do leilão;
- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão de obra e financiamentos;
- f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão;
- g) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, fato que ocorreu em 29 de março de 2010 com a concessão de registro de Sociedade de Capital Aberto na Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras à ANTT e publicá-las.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação de rodovia;
- 3,8 km de vias laterais;
- 28,3 km de variantes e contornos;
- Construção de 17 passarelas;
- Construção de cinco praças de pedágio;
- Construção de sete serviços de atendimento ao usuário;

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em fevereiro de cada ano com base na variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade estima na data de 31 de dezembro de 2012, os montantes de R\$ 710.096 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$ 371.203 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura;
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14.2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

### 3. Base de preparação

#### 3.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas *pele International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2012 a Sociedade mantém registrado o montante de R\$ 15.959 (R\$ 18.494 em 31 de dezembro de 2011) relativo a gastos pré-operacionais incorridos até 31 de dezembro de 2008, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem o reconhecimento do ativo diferido no resultado quando incorrido.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM.

#### 3.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se de outra forma mencionado.

#### 3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado.

#### 3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

#### **Contabilização de contratos de concessão**

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ICPC-01 a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível, avaliação dos benefícios econômicos-futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

#### **Momento de reconhecimento do ativo intangível**

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando principalmente os investimentos, em dois grupos: investimentos que geram potencial de receita adicional daqueles investimentos que não geram potencial de receita adicional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura;
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14.2.

#### **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão**

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado que, normalmente, se dá em função da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos-futuros oriundos do contrato de concessão.

#### **Determinação das receitas de construção**

Quando a concessionária contrata serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas a responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, empresas do grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

#### **Provisão para manutenção referente a contratos de concessão**

A contabilização da provisão para manutenção, reparos e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente na data de encerramento do balanço, em contrapartida a custo dos serviços para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### 4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

##### 4.1. Instrumentos financeiros ativos

###### Caixa e equivalentes de caixa

Consistem em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

###### Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída, se necessária, com base em estimativas de Perda.

##### 4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 9, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Adicionalmente, os efeitos de depreciação decorrentes da análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme regulamentação do ICPC 10, são revisados anualmente. Não foram identificadas modificações nas estimativas anteriormente determinadas. Consequentemente, não há efeitos registrados para o encerramento das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

##### 4.3. Intangível

A Sociedade reconheceu um ativo intangível resultante do contrato de concessão pelo direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, registrado como mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este é o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos-futuros incorporados no ativo.

#### 4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver, por redução ao valor recuperável. Por tratar-se de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, e sim calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, para que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

#### 4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### 4.6. Instrumentos financeiros passivos

##### Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

##### Empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

#### 4.7. Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente:

##### Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda e para a Contribuição Social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

##### Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

#### 4.8. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na Nota Explicativa nº 14.1.

**4.9. Ativos e passivos objetos de ajuste a valor presente**

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os itens sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) **Provisão para investimentos:** decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção do fluxo de caixa, nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de desconto de 6,35% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são preparadas por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa;
- b) **Provisão para manutenção:** decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção do fluxo de caixa, nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontada através da aplicação da taxa de desconto de 6,35% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são preparadas por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Os saldos reais e os respectivos saldos a valor presente nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<b>Circulante</b>		
Provisão para manutenção em rodovias - real	7.109	625
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>6.879</u>	<u>606</u>
Efeito do ajuste a valor presente	230	19
Provisão para investimentos em rodovias - real	17.400	11.375
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente	<u>17.012</u>	<u>11.090</u>
Efeito do ajuste a valor presente	388	285
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<b>Não circulantes</b>		
Provisão para manutenção em rodovias - real	13.609	12.651
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>9.766</u>	<u>8.618</u>
Efeito do ajuste a valor presente	3.843	4.033

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

#### 4.10. Reconhecimento de receita

##### **Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção**

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

##### **Receita oriunda da cobrança de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão**

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### 4.11. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representados por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

#### 4.12. Dividendos propostos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16.

#### 4.13. Demonstração do valor adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, não sendo uma informação obrigatória pelas IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### 4.14. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicadas pela Sociedade

Os pronunciamentos contábeis do IASB, a seguir, foram publicados e/ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e pela CVM e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Tais pronunciamentos serão implantados à medida que suas aplicações tornarem-se obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar Demonstrações Financeiras consolidadas e substitui o SIC -12.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R)-Modificações na IAS 27	Demonstrações Separadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (R)-Modificações na IAS 28	Investimento em Coligada e em Controlada e Joint Venture.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 1-Modificações na IAS 1	Apresentação dos itens de Outros Resultados Abrangentes.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associado a remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 7 - Modificações a IFRS 7	Estabelece a divulgação - Compensação de Ativos e passivos financeiros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 7 e IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do “*International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC*” listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras:

<u>Pronunciamento/Interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 1 - Modificações na IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IAS 32 - Instrumentos financeiros: classificação dos direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos e capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.
IAS 24 - modificações na IAS 24	Introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e alterou a definição de parte relacionada.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.

Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pela CVM:

- CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto (equivalente à IFRS 11)
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (equivalente à IAS 19 revisada).
- CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10)
- CPC 45 - Divulgação de participações em outras entidades (equivalente à IFRS 12)
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (equivalente ao IFRS 13)

Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e bancos	1.509	1.228
Aplicações financeiras (*)	20.261	83.802
Total	<u>21.770</u>	<u>85.030</u>

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição. Sua composição é apresentada a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Fundos de investimentos	20.261	83.802
Total	<u>20.261</u>	<u>83.802</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas na média a 99,13% da variação do CDI no exercício.

## 6. Contas a receber

Estão representadas por:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	6.130	5.462
Cupons de pedágio a receber	528	372
Cartões de pedágio a receber	91	93
Receitas acessórias a receber	12	33
Total	<u>6.761</u>	<u>5.960</u>

(\*) Conforme Nota Explicativa nº 22b.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2012. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

**7. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos**

Estão representados por:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Bases do ativo diferido:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis:		
Mudança de critério da amortização de investimentos	17.320	7.525
Amortização de intangível de obras futuras	(1.261)	(760)
Provisão para manutenção de rodovias	(15.378)	(9.185)
Resultado financeiro de ajuste a valor presente	(3.451)	(1.879)
Estorno de capitalização de juros	(92)	(54)
Base de cálculo	(2.862)	(4.353)
Alíquota nominal	34%	34%
<b>Total do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos</b>	<b><u>973</u></b>	<b><u>1.480</u></b>

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável são como seguem:

Período a findar-se em:	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2013	31	47
2014	32	49
2015	33	50
2016	34	52
Após 2016	843	1.282
	<b><u>973</u></b>	<b><u>1.480</u></b>

**8. Aplicações financeiras vinculadas**

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

- A Sociedade deve depositar, em conta pagamento de instituição financeira, 43% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

- A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo dessas aplicações é de R\$ 11.141. Em 31 de dezembro de 2011 não havia saldo neste tipo de aplicação. Essas aplicações foram remuneradas em média a 99,13% da variação do CDI.

## 9. Imobilizado

A movimentação é como segue:

	Móveis, Equipamentos mobiliários, utensílios	Prédios, Benfeitorias e Dependências	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado:							
Saldo em 01/01/2011	333	564	407	9	734	-	2.047
Adições	27	9	61	-	76	2	175
Saldo em 31/12/2011	360	573	468	9	810	2	2.222
Adições	63	12	18	-	86	-	179
Transferências	-	2	-	-	-	(2)	-
Alienações/baixas	-	-	(167)	-	(16)	-	(183)
Saldo em 31/12/2012	423	587	319	9	880	-	2.218
Depreciação acumulada:							
Saldo em 01/01/2011	(65)	(85)	(163)	(3)	(202)	-	(518)
Adições	(33)	(44)	(81)	(3)	42	-	(119)
Saldo em 31/12/2011	(98)	(129)	(244)	(6)	(160)	-	(637)
Adições	(37)	(58)	(82)	(2)	(65)	-	(244)
Alienações/baixas	-	-	136	-	6	-	142
Saldo em 31/12/2012	(135)	(187)	(190)	(8)	(219)	-	(739)
Imobilizado líquido:							
Saldo em 31/12/2011	262	444	224	3	650	2	1.585
Saldo em 31/12/2012	288	400	129	1	661	-	1.479
Taxas de depreciação - %	10	10	20	20	10	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

10. Intangível

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Licenças de Software (b)	Intangível em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo do intangível:					
Saldo em 01/01/2011	218.451	229	21.447	1.949	242.076
Adições	62.125	42	37.252	429	99.848
Transferências	1.651	-	(1.069)	(582)	-
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>282.227</b>	<b>271</b>	<b>57.630</b>	<b>1.796</b>	<b>341.924</b>
Adições	86.068	337	112.868	873	200.146
Transferências	18.510	-	(17.663)	(847)	-
Alienações/baixas	(95)	-	-	-	(95)
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>386.710</b>	<b>608</b>	<b>152.835</b>	<b>1.822</b>	<b>541.975</b>
Amortização acumulada:					
Saldo em 01/01/2011	(8.349)	(94)	-	-	(8.443)
Adições	(7.471)	(48)	-	-	(7.519)
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>(15.820)</b>	<b>(142)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(15.962)</b>
Alienações/baixas	36	-	-	-	36
Adições	(10.235)	(84)	-	-	(10.319)
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>(26.019)</b>	<b>(226)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(26.245)</b>
Intangível líquido:					
Saldo em 31/12/2011	266.407	129	57.630	1.796	325.962
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>360.691</b>	<b>382</b>	<b>152.835</b>	<b>1.822</b>	<b>515.730</b>

(a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado. A taxa média de amortização é de 2,8% ao ano;

(b) Amortização em cinco anos.

11. Diferido

É representado por:

	31/12/2012	31/12/2011
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.496	4.496
Consumo	4.298	4.298
Custos contratuais da concessão	3.549	3.549
Depreciações e amortizações	80	80
Conservação da rodovia	10.847	10.847
Serviços de terceiros	1.207	1.207
Tributários	1.240	1.240
Resultados financeiros	-351	-351
Outros gastos	-12	-12
	<b>25.354</b>	<b>25.354</b>
Amortização acumulada	-9.395	-6.860
	<b>15.959</b>	<b>18.494</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

## 12. Empréstimos e financiamentos

Estão representados por:

Passivo circulante:	Encargos anuais	31/12/2012	31/12/2011
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,6% a.a.	537	737
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,45% a.a.	17.238	529
		<u>17.775</u>	<u>1.266</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,6% a.a.	-	526
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,45% a.a.	292.011	212.341
		<u>292.011</u>	<u>212.867</u>

Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

- (a) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias;
- (b) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

As parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos no passivo não circulante apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	31/12/2012	31/12/2011
2013	-	10.564
2014	17.520	11.767
2015	18.924	12.773
2016	20.439	13.865
2017	22.075	15.049
Após 2017	213.053	148.849
	<u>292.011</u>	<u>212.867</u>

No exercício de 2011, a Sociedade assinou contrato com o BNDES para o financiamento dos investimentos de longo prazo.

Esse contrato possui cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos contratos de financiamento;

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento dos contratos de concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT;
- c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos Contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados;
- e) Manter em uma relação mínima de 20% entre o patrimônio líquido e o passivo total, durante a vigência dos contratos;
- f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:
  - 1) **Receita bruta:** receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício;
  - 2) **Saldo devedor:** saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos;
  - 3) **Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:**
    - 3.1. À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Sociedade;
    - 3.2. Aos mútuos concedidos às concessionárias por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo;
    - 3.3. Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos Contratos.
- h) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left( \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Onde:

Geração de caixa da atividade	Serviço da dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresso consentimento do BNDES;
- j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela Sociedade no contrato de financiamento, o valor mínimo do equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento;
- k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:
  - (a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico;
  - (b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES;
  - (c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
  - (d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção do contrato de concessão;
  - (e) O descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

**Do acionista**

- I. Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da concessionária, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da concessionária ou em transferência do controle acionário da concessionária, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da concessionária;

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

- II. Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da concessionária, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico da concessionária ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES;
  - III. Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social da concessionária, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto;
  - IV. Manter, durante a vigência do contrato, suas atuais participações no capital social da concessionária, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social da concessionária, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
  - V. Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência dos Contratos, a totalidade das ações emitidas pela concessionária;
  - VI. Na hipótese de extinção dos contratos de concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões da concessionária ou ainda por falência ou recuperação judicial da concessionária, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar do término dos contratos de concessão, independentemente, do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.
- 1) Caso a indenização não ocorra no prazo de 12 (doze) meses a contar do término do contrato de concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 (sessenta) dias após expirado prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas do contrato com o BNDES nas datas das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

### 13. Transações com partes relacionadas

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e as transações realizadas nestes exercícios com as quais ocorreram operações estão demonstrados a seguir:

Ativo circulante:		<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	
Créditos a receber:				
Arteris S.A. (b)		1	-	
Autopista Régis Bittencourt S.A. (b)		1	-	
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)		54	-	
Paulista Infraestrutura Ltda. (c)		311	-	
		<u>367</u>	<u>-</u>	
Passivo circulante:		<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	
Empréstimos e financiamentos:				
Mútuos - Arteris S.A. (d)		19.418	21.027	
		<u>19.418</u>	<u>21.027</u>	
Fornecedores:				
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)		18.681	5.067	
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)		258	189	
		<u>18.939</u>	<u>5.256</u>	
Contas a pagar partes relacionadas:				
Arteris S.A. (b)		178	273	
		<u>178</u>	<u>273</u>	
Dividendos propostos:				
Arteris S.A.		5.105	4.605	
		<u>5.105</u>	<u>4.605</u>	
Passivo não circulante:		<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	
Empréstimos e financiamentos:				
Mútuos - Arteris S.A. (d)		43.000	60.000	
		<u>43.000</u>	<u>60.000</u>	
Contas de resultado:		<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>
Arteris S.A.	-	6.550	-	7.941
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	2.250	-	2.082	-
	<u>2.250</u>	<u>6.550</u>	<u>2.082</u>	<u>7.941</u>

- (a) Refere-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade, efetuadas por sociedades controladas da Arteris S.A. ("Arteris");
- (b) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do grupo;
- (c) Referem-se a créditos de saldos de provisões trabalhistas de colaboradores transferidos destas empresas para a Sociedade a serem reembolsados;



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

- (d) Refere-se a mútuos obtidos para financiamento das operações da Sociedade. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. O saldo é composto como segue:

Data da liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Saldo devedor	
				31/12/2012	31/12/2011
04/09/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	6.000	-	8.246
17/09/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	1.000	-	1.369
25/09/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	10.000	-	13.648
06/10/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	8.000	11.761	10.884
27/10/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	9.000	13.139	12.159
05/11/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	6.000	8.731	8.080
27/11/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	7.000	10.112	9.358
05/12/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	5.000	7.203	6.666
19/12/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	8.000	11.472	10.617
			<u>60.000</u>	<u>62.418</u>	<u>81.027</u>

Os juros vencerão anualmente a partir de dezembro de 2013. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro, após o vencimento dos juros a Administração analisará o vencimento do valor do principal.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$ 771 e R\$ 679, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos Administradores, os quais não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ou outras partes relacionadas e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" é de R\$ 1.077 e R\$ 783. As metas são como seguem:

**a) Dos participantes:**

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados ou ex-empregados que foram demitidos no período de abrangência deste plano.

Participam os ex-empregados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Definição dos valores:

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e suspensões.

A Sociedade prove a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social.

As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

14. Provisões

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é conforme segue:

	31/12/2010	Adições	Reversões	Utilizações	Encargos	31/12/2011
Cíveis	-	19	-	-	-	19
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>19</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19</b>

	31/12/2011	Adições	Reversões	Utilizações	Encargos	31/12/2012
Cíveis	19	154	(106)	-	-	67
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>154</b>	<b>(106)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>67</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco de perda possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$ 247 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 171 em 31 de dezembro de 2011).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

**Provisão para manutenção e investimentos**

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção, conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 2 e 4.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é conforme seguem:

Provisões	Circulante		Não circulante	
	Manutenção em rodovias	Investimento em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimento em rodovias
Saldos em 31/12/2010	28	7.106	4.973	3.783
Adições	578	91	3.645	162
Utilizações	-	(52)	-	-
Transferências	-	3.945	-	(3.945)
<b>Saldos em 31/12/2011</b>	<b>606</b>	<b>11.090</b>	<b>8.618</b>	<b>-</b>
Adições	4.142	163	3.279	7.210
Utilizações	-	(1.186)	-	(265)
Transferências	2.131	6.945	(2.131)	(6.945)
<b>Saldos em 31/12/2012</b>	<b>6.879</b>	<b>17.012</b>	<b>9.766</b>	<b>-</b>

**15. Sinistros recebidos**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Sociedade possui um saldo de recebimentos de seguros de R\$ 10.707 e R\$ 12.140, respectivamente, relativos à indenização do Banco Itaú S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais da rodovia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Os procedimentos estabelecidos para os casos de danos patrimoniais, ou seja, aqueles que afetam diretamente a rodovia, como queda de taludes, danos à ponte ou ao viaduto, determinam a comunicação formal do evento à seguradora. Tal comunicação ensejará a elaboração de um projeto para recuperação do local atingido, elaboração de orçamento e cronograma físico-financeiro, documentos fundamentais para determinação do valor final a ser indenizado pela seguradora. Na hipótese de se concluir, ao fim da regulação do sinistro, que o montante indenizado não é devido ou é superior ao devido, a Sociedade tem o compromisso de efetuar a imediata devolução da importância indevida.

**16. Patrimônio Líquido**

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R\$ 79.968 e R\$ 65.473, respectivamente, e está representado por 75.093.130 e 65.196.211 ações ordinárias sem valor nominal conforme demonstrado a seguir:

		31/12/2012	
Acionista	Quantidade de ações subscritas	Participação - %	
Arteris S.A.	75.093.130	100,00	
Total	75.093.130	100,00	
		31/12/2011	
Acionista	Quantidade de ações subscritas	Participação - %	
Arteris S.A.	65.196.211	100,00	
Total	65.196.211	100,00	

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**b) Aumento de capital social**

Em 25 de abril de 2012, conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária, a Sociedade realizou o aumento do capital no valor de R\$ 14.495, mediante a emissão de 9.896.919 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com o saldo de dividendos declarados no balanço findo em 31 de dezembro de 2011 no valor de R\$ 4.605 e com a capitalização de R\$ 9.890 referente a créditos com a Arteris S.A. ("Arteris") em razão de contratos de mútuos celebrados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

c) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O Estatuto Social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está demonstrado a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	21.497	19.391
Saldo a distribuir	21.497	19.391
Reserva legal de 5%	(1.075)	(970)
Base de cálculo	20.422	18.421
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
	<u>5.105</u>	<u>4.605</u>

O remanescente do saldo do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 15.317 (R\$ 13.816 em 31 de dezembro de 2011), foi transferido para a rubrica "Reserva de retenção de lucros", considerando o início das operações da Sociedade, mantido para investimentos, conforme proposto pela Diretoria para atender aos compromissos de investimentos descritos na Nota Explicativa nº 2.

O saldo em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 4.605 relativos aos dividendos constituídos naquela data foi utilizado para aumento de capital em 25 de abril de 2012, conforme Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária da mesma data.

17. Receitas

Estão representadas por:

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas de pedágio	150.238	130.149
Receitas acessórias	251	346
Receitas de serviços de construção	188.980	97.155
	<u>339.469</u>	<u>227.650</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta	339.469	227.650
ISSQN	(7.418)	(6.430)
PIS	(968)	(838)
COFINS	(4.462)	(3.868)
Outras deduções	(1.792)	(1.608)
Receita líquida	<u>324.829</u>	<u>214.906</u>

## 18. Custos e despesas por natureza

Estão representadas por:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Custos:</b>		
Custo de construção	(188.980)	(97.155)
Com pessoal	(9.266)	(8.281)
Serviços de terceiros	(17.209)	(15.850)
Depreciação/amortização	(13.027)	(10.093)
Seguros/garantias	(1.708)	(1.562)
Conservação	(13.536)	(12.500)
Provisão para manutenção em rodovias	(6.166)	(4.397)
Taxa fiscalização	(3.402)	(3.201)
Outros custos	(5.380)	(4.679)
<b>Total</b>	<u>(258.674)</u>	<u>(157.718)</u>
<b>Despesas:</b>		
Com pessoal	(5.577)	(4.417)
Serviços de terceiros	(3.659)	(3.938)
Depreciação/amortização	(71)	(76)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(48)	(19)
Despesas de aluguel	(425)	(377)
Consumo	(450)	(294)
Transporte	(382)	(369)
Outras despesas	(1.176)	(408)
<b>Total</b>	<u>(11.788)</u>	<u>(9.898)</u>

## 19. Resultado financeiro

Estão representados por:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Receitas financeiras:</b>		
Aplicações financeiras	5.167	6.127
Outras receitas	-	20
	<u>5.167</u>	<u>6.147</u>
<b>Despesas financeiras:</b>		
Encargos financeiros - juros e variação monetária	(21.699)	(18.983)
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	(1.599)	(177)
Outras despesas	(2.519)	(4.109)
<b>Total despesas</b>	<u>(25.817)</u>	<u>(23.269)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

20. Demonstração dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota Explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de intangível registrado em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais, obrigações fiscais e outras contas a pagar	24.728	2.367
Capitalização de juros ao intangível	5.127	3.105
Aumento de capital com dividendos a pagar e/ou mútuos	14.495	2.472

21. Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 31 de dezembro de 2012 do Imposto de Renda e da Contribuição Social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	32.846	29.489
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, de acordo com a alíquota vigente	(11.168)	(10.026)
Efeito de adições e exclusões	(181)	(72)
Despesa contabilizada	<u>(11.349)</u>	<u>(10.098)</u>
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social:		
Corrente	(10.841)	(10.681)
Diferido	(508)	583
	<u>(11.349)</u>	<u>(10.098)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

## 22. Lucro por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Básico</b>		
Lucro líquido do exercício	21.497	19.391
Número de ações durante o ano	71.794.157	64.464.475
Lucro por ação - básico	<u>0,29943</u>	<u>0,30080</u>
<b>Diluído</b>		
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	21.497	19.391
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	71.794.157	64.464.475
Lucro por ação - diluído	<u>0,29943</u>	<u>0,30080</u>

Não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

## 23. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

### Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em investimentos.

**Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado**

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

- **Empréstimos e financiamentos:** são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas;
- **Contas a receber e fornecedores:** possuem prazo médio de 30 dias;
- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente:

	31/12/2012	31/12/2011
	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>Empréstimos e recebíveis</u>
Ativos		
Caixa e bancos	1.509	1.228
Aplicações financeiras	20.261	83.802
Contas a receber de clientes	6.761	5.960
Outras contas a receber	1.214	1.185
	<u>29.745</u>	<u>92.175</u>
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
	<u>Outros passivos financeiros</u>	<u>Outros passivos financeiros</u>
Passivos		
Fornecedores	6.935	6.612
Empréstimos e financiamentos	309.786	214.133
Credores pela concessão	285	268
Partes relacionadas	81.535	86.556
	<u>398.541</u>	<u>307.569</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos em Reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras. Adicionalmente em função da atual conjuntura econômica a administração resolveu inserir mais um cenário com a diminuição da alíquota em 25%:

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	7,25%	9,06%	10,88%	5,44%
Despesas financeiras de Mútuos (*)	(5.503)	(6.723)	(7.943)	(4.283)
Receita de aplicações financeiras	522	638	753	406
TJLP	5,00%	6,25%	7,50%	3,75%
Juros a incorrer (*)	(23.231)	(26.990)	(30.749)	(19.472)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN de 28.12.2012.

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 6.130 (R\$ 5.462 em 31 de dezembro de 2011), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira de primeira linha para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

**d) Risco de liquidez**

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir, mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
	efetiva % a.a.							
BNDES	8,20	39.596	39.596	39.596	39.596	39.596	277.166	475.146
FINAME	8,35	552	-	-	-	-	-	552
<b>Total</b>		<b>40.148</b>	<b>39.596</b>	<b>39.596</b>	<b>39.596</b>	<b>39.596</b>	<b>277.166</b>	<b>475.698</b>

**24. Informações por segmento de negócio**

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

## 25. Garantias e seguros

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias, o pagamento da verba de fiscalização e demais obrigações contratuais. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2012, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*) Responsabilidade civil	180.000 30.000
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	66.634

(\*) Por Sinistro.

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

## 26. Eventos subsequentes

A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT promoveu a revisão das normas e dos procedimentos contidos no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal Concedida, contendo o plano de contas, instruções contábeis e manual para divulgação de informações econômico-financeiras. As orientações contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2013.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
DA CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária Autopista Fluminense S.A. (“Autopista Fluminense” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

**CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE**

A concessão da Autopista Fluminense foi outorgada em fevereiro de 2008, através do processo de licitação correspondente ao Edital de Licitação nº 004/2007. A Companhia iniciou suas atividades em 15 de agosto de 2008 com o objetivo exclusivo de explorar, sob forma de concessão, o Lote 04 do Programa Federal de Concessões Rodoviárias, compreendendo o trecho da rodovia BR-101/RJ entre a divisa com o Estado do Espírito Santo e a ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói) em Niterói-RJ.

Suas atividades compreendem a recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias de todo o sistema rodoviário do lote concedido, com o direito de cobrança de pedágio. O prazo de concessão é de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do mesmo.

O Lote 04 tem extensão de 321,6 km e cruza os municípios de Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabú, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Rio Bonito, Tanguá, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói. A rodovia administrada pela Companhia exerce importante papel do ponto de vista econômico, promovendo a ligação entre as regiões Sudeste e Sul do país e conectando a região norte da costa litorânea do Estado do Rio de Janeiro e suas bacias petrolíferas. Será também de grande importância logística para os projetos do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, da Petrobrás, localizado em Itaboraí) e o Porto do Açú, localizado no norte do estado do Rio de Janeiro. Além disso, permite o acesso a um importante pólo turístico, que é a Região dos Lagos, onde se localizam as cidades de Búzios, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Rio das Ostras e outras.

## Autopista Fluminense

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Localização das praças de pedágio	Tarifa (R\$)
Km 040+540 - BR 101 - Campos dos Goytacazes (Conselheiro Josino)	3,10
Km 123+000 - BR 101 - Campos dos Goytacazes (Serrinha)	3,10
Km 192+500 - BR 101 - Casimiro de Abreu (Boa Esperança)	3,10
Km 252+560 - BR 101 - Rio Bonito (Mato Alto)	3,10
Km 299+200 - BR 101 - São Gonçalo (Apolo III)	3,10

### EVENTOS RELEVANTES

#### CONCLUSÃO DA OPERAÇÃO DE AQUISIÇÃO DA PARTÍCIPES EN BRASIL

Em 03 de dezembro de 2012, após a verificação das condições previstas contratualmente e obtenção das aprovações governamentais necessárias, foi concluída a operação pela qual a Partícipes en Brasil S.L., controladora direta da OHL Brasil e que por sua vez controla a Autopista Fluminense S.A., foi adquirida pela Abertis Infraestructuras S.A., sociedade espanhola, e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, uma sociedade organizada e existente de acordo com a leis de Barbados. Como resultado dessa operação, Abertis e Brookfield passam a ser titulares de 51% e 49% do capital da Partícipes en Brasil, respectivamente.

A Arteris S.A. (“Arteris” ou “Companhia”), nova denominação social da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil), comunicou em 20 de dezembro de 2012 aos seus acionistas e ao mercado em geral a aprovação da nova denominação na Assembleia Geral

## Autopista Fluminense

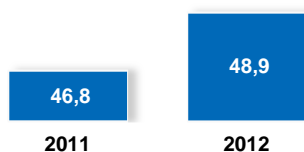
Extraordinária realizada naquela data, considerando a conclusão do processo de transferência do controle acionário da Companhia para a Abertis e Brookfield.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

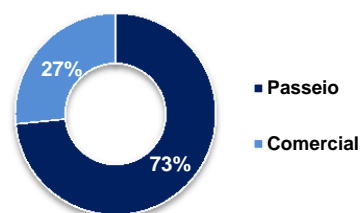
#### Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 48,9 milhões em 2012, 4,6% superior quando comparado ao exercício anterior. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.

Tráfego Pedagiado  
Veículos Equivalentes (milhões)



Composição do Tráfego 2012

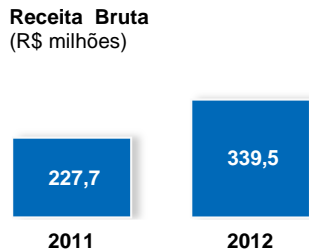


#### Receita

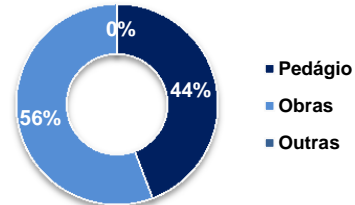
A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$ 339,5 milhões em 2012, com crescimento de 49,1% em relação aos R\$ 227,7 milhões registrados em 2011.

## Autopista Fluminense

Receita Bruta  
(R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta  
Ano 2012



A receita de pedágio cresceu 15,4%, passando de R\$ 130,4 milhões em 2011 para R\$ 150,2 milhões em 2012. Esse aumento foi influenciado pela evolução do fluxo de veículos pedagiados e pelo reajuste tarifário de 10,7% em 02 fevereiro de 2012, quando a tarifa passou de R\$ 2,80 para R\$ 3,10.

Já a receita de obras registrou acréscimo de R\$ 91,8 milhões (+94,5%), passando de R\$ 97,2 milhões em 2011 para R\$ 189,0 milhões em 2012. Esse aumento resultou, essencialmente, do maior volume de obras executadas.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 251 mil (-27,5%) em 2012.

No ano de 2012, a Companhia obteve receita líquida de R\$ 324,8 milhões, R\$ 109,9 milhões superior ao ano de 2011.



## Autopista Fluminense

### Custos e Despesas (excluindo depreciações e amortizações)

R\$ milhões	2012	2011	Var.
Custo dos serviços de construção	(189,0)	(97,2)	94,5%
Serviços de terceiros	(20,9)	(19,8)	5,5%
Pessoal	(14,8)	(12,7)	16,9%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(6,2)	(4,4)	40,2%
Conservação	(13,5)	(12,5)	8,3%
Verba de fiscalização	(3,4)	(3,2)	6,3%
Seguros e garantias	(1,7)	(1,6)	9,3%
Remuneração da Administração	(0,8)	(0,7)	13,5%
Consumo	(1,6)	(1,6)	5,4%
Outros	(6,3)	(4,6)	37,7%
<b>Custos e despesas</b>	<b>(258,2)</b>	<b>(158,1)</b>	<b>63,3%</b>

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram um acréscimo de 63,3% em 2012 em comparação ao exercício de 2011. Este crescimento de R\$ 100,1 milhões se deve, principalmente, aos seguintes fatores:

- (i) Acréscimo de R\$ 91,8 milhões do “Custo dos serviços de construção” em virtude do aumento do nível de execução de investimentos em intangível na concessão, registrado em função da adoção do ICPC 01, com contrapartida em receitas de obras em igual valor e, portanto, sem impacto no resultado;
- (ii) Aumento de R\$ 1,8 milhão em “Provisão para manutenção de rodovias” em razão da expectativa de manutenção, segundo o contrato de concessão. Os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores; e
- (iii) Aumento de R\$ 2,1 milhões nos custos com pessoal devido a reajustes de salários (dissídio coletivo), contratações para adequação do quadro funcional, e a internalização da mão-de-obra utilizada na arrecadação e no gerenciamento de investimentos, que antes atuavam de forma terceirizada e passaram a ser mão-de-obra própria.
- (iv) Aumento de R\$ 4,4 milhões nos demais custos e despesas devido a aumento de tarifas de serviços públicos e reajustes anuais de contratos operacionais e administrativos.

## Autopista Fluminense

### EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2012	2011	Var.
Receita líquida	324,8	214,9	51,1%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(258,2)	(158,1)	63,3%
<b>EBITDA</b>	<b>66,6</b>	<b>56,8</b>	<b>17,3%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	6,2	4,4	40,2%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>72,8</b>	<b>61,2</b>	<b>18,9%</b>

EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é o EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos da provisão de manutenção de rodovias advinda da adoção do ICPC01, encerrou o ano de 2012 em R\$ 72,8 milhões, com aumento de 18,9% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi gerado, principalmente, pelo aumento da receita de pedágio em função do reajuste tarifário e do crescimento do tráfego.

# Autopista Fluminense

## Resultado Financeiro

R\$ milhões	2012	2011	Var.
Receitas Financeiras	5,2	6,1	-15,9%
Despesas Financeiras	(25,8)	(23,3)	11,0%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(20,7)</b>	<b>(17,1)</b>	<b>20,6%</b>

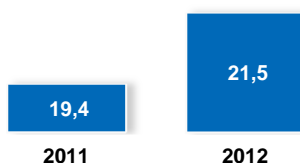
O resultado financeiro líquido de 2012 foi R\$ 20,7 milhões negativo, 20,6% maior que 2011. Os principais fatores que influenciaram esse resultado foram: (i) a menor receita financeira obtida em função do menor saldo mantido em aplicações financeiras, em virtude dos maiores desembolsos gerados pelos investimentos realizados e pela redução da taxa média do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), pela qual são remuneradas as aplicações financeiras; e (ii) maiores despesas em função dos juros incorridos sobre o empréstimo junto ao BNDES que aumentaram em relação ao realizado no ano de 2011 em função das novas liberações obtidas durante o exercício de 2012. O maior volume de investimentos também acarretou maior movimentação de recursos e, conseqüentemente, acréscimo das despesas bancárias.

## Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2012 com lucro líquido de R\$ 21,5 milhões (+10,9%), contra R\$ 19,4 milhões em 2011. Conforme mencionado anteriormente, os principais fatores que contribuíram para esse crescimento foram: (i) o reajuste tarifário contratual obtido em fevereiro de 2012; e (ii) o aumento no tráfego de veículos pedagiados.

### Lucro Líquido

(R\$ milhões)



# Autopista Fluminense

## Endividamento

R\$ milhões	31/12/2012	31/12/2011	Var.
<b>Dívida Bruta</b>	<b>(309,8)</b>	<b>(214,1)</b>	<b>44,7%</b>
Curto Prazo	(17,8)	(1,3)	1304,0%
Longo Prazo	(292,0)	(212,9)	<b>37,2%</b>
Disponibilidades e aplicações financeiras <sup>1</sup>	32,9	85,0	<b>-61,3%</b>
<b>Dívida Líquida</b>	<b>(276,9)</b>	<b>(129,1)</b>	<b>114,5%</b>

<sup>1</sup> Curto e longo prazo

Em 31 de dezembro de 2012, o endividamento bruto totalizava R\$ 309,8 milhões, apresentando aumento de R\$ 95,7 milhões (+44,7%) em relação ao ano anterior. Esse aumento se deve às liberações obtidas no ano de 2012 referentes ao empréstimo de longo prazo contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas) encerrou o ano de 2012 em R\$ 276,9 milhões, apresentando aumento de R\$ 147,8 milhões em relação ao montante de R\$ 129,1 milhões registrado no encerramento do exercício de 2011. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado (últimos 12 meses), ficou em 3,8x.

## INVESTIMENTOS

Em 2012, foram realizados investimentos em ativos intangíveis e imobilizado no valor de R\$ 175,6 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão. Entre os principais investimentos realizados, cabe destacar as seguintes obras: continuação das obras de duplicação da BR-101/RJ, entre os municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes; recuperação do pavimento da rodovia; implantação de 3,8 km de vias laterais; implantação dos sistemas de comunicação; início das obras de ampliação da Avenida do Contorno em Niterói - principal gargalo de tráfego da rodovia; início da implantação do sistema de pesagem.

# Autopista Fluminense

## RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade:

	2012	2011
Empregos diretos	393	249
Rotatividade	9,91%	5,86%

No que concerne à diversidade, apresentamos um indicador com participação majoritária de homens, 67% de homens, contra 33% de mulheres. A média de idade está concentrada em 31 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 69,8% dos empregados. 20,1% possuem nível superior completo e 10,1% possuem o ensino fundamental.

Ao longo de 2012, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 2.875 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 7 horas de treinamento por profissional.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Autopista Fluminense estabeleceu como compromissos, a prevenção de acidentes e o desenvolvimento das comunidades lindeiras à sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados à educação, saúde, cultura e meio-ambiente. Destacamos em 2012, a continuidade nas realizações de etapas dos projetos Viva Motorista, Viva Motociclista, Viva Ciclista e Passarela Viva.

O Viva Meio-Ambiente em 2012 contou com a participação de 26 escolas municipais (20 no ano de 2011) sediadas nos 13 municípios que são lindeiros à rodovia, desde Niterói até Campos dos Goytacazes, que através da participação de seus educadores em atividades pedagógicas relacionadas com o meio ambiente, leva conhecimento e cidadania a mais de 10,9 mil alunos.

# **Autopista Fluminense**

## **Meio Ambiente**

A Autopista Fluminense tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condicionantes ambientais estabelecidas, quer sejam medidas de monitoramento quer sejam medidas compensatórias e/ou mitigadoras.

Em 2012 foi realizado o plantio compensatório de 62,5 mil mudas de árvores e iniciado o plantio de outras 18,4 mil mudas, decorrente das obras realizadas ao longo da rodovia. Esta ação faz parte de um compromisso assumido junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

## **AGRADECIMENTOS**

A Concessionária Autopista Fluminense S.A. gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, ANTT, Polícia Rodoviária Federal, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **Relacionamento com Auditores Independentes**

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

### **Declaração da Diretoria**

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

# Autopista Fluminense

São Gonçalo-RJ, 05 de março de 2013.

## A Administração

### Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo

Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

José Alberto Beranger Gallo

Diretor Superintendente

### Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán

Conselheiro

Marta Casas Caba

Conselheiro

Marcos Pinto Almeida

Conselheiro